

Rumos

NOVEMBRO/DEZEMBRO 2019

Economia &
Desenvolvimento



HISTÓRICO

Senado Federal homenageia a ABDE por seus 50 anos. Confira os detalhes!

ESPECIAL LIVROS

Cinco leituras para entender a década que passou – e também o que ainda está por vir.

PRÊMIO ABDE-BID

Leia os artigos dos segundos colocados nas três categorias da premiação em 2019.

REPORTAGEM

Seminário apresenta o Nordeste preparado para a economia do século XXI.



A força do empreendedor brasileiro.



sebrae.com.br / 0800 570 0800



rça

**Ser um
país mais
forte
depende
de todos nós.
Estamos
prontos!**

AO LEITOR

Todo mundo tem um ano especial, aquele que guardamos na memória, que citamos prontamente, que não sai de nossas lembranças, seja por conta do casamento, do nascimento do filho ou daquela viagem inesquecível. Para a ABDE, 2019 foi esse ano memorável, o ano em que a Associação completou 50 anos de existência, com uma homenagem especial do Senado Federal. Confira a nossa reportagem sobre esse dia histórico. Mas, além das comemorações, 2019 foi um ano surpreendente para todos. Não houve, um mês, uma semana, quicá, um dia, em que as notícias não nos deixaram ficar alheios ao que estava a nossa volta, fosse no Brasil ou no mundo. Para tentar absorver e refletir sobre tantos acontecimentos, na reportagem especial, separamos quatro livros que perpassam as principais mudanças no nosso modo de viver, definidas, basicamente em dois eixos: novas tecnologias e seus desdobramentos e o mundo e suas transformações.

A edição ainda traz uma série de artigos que abrangem os mais diversos temas, reflexões fundamentais para o novo ano. Não deixe de iniciar 2020 acompanhado de informações que o guiaram em dias de sol ou chuva. Boa leitura e Feliz Ano Novo!

Thais Sena Schettino
Editora

NESTA EDIÇÃO

- 12** **PRÊMIO ABDE-BID 2019**
Premiados solenes
- 13** **PRÊMIO/2º Colocado Categoria 1**
André Bueno
A infraestrutura como novo vetor de dinamismo
- 14** **PRÊMIO/2º Colocado Categoria 2**
Julia Mello de Queiroz
Mecanismos financeiros para o financiamento da biodiversidade
- 15** **PRÊMIO/2º Colocados Categoria 3**
Gustavo Henrique Dias Souza
Edleuza Paulina Loures da Silva
Valéria Gama Fully Bressan
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Segmentos do SFN e eficiência cooperativa
- 16** **ARTIGO - EMPREENDER**
Eduardo Diego
Semana Global de Empreendedorismo: um olhar para o futuro
- 24** **OPINIÃO**
Antonio Delfim Netto
Não é jabuticaba
- 28** **ARTIGO**
Henrique Castilhano Vilares
O potencial do cooperativismo financeiro
- 30** **ARTIGO**
Giuliano Contento de Oliveira
Taxa Selic mais baixa da história veio para ficar?
- 31** **ARTIGO**
Marcelo Pinho
O comércio internacional entre os Brics

DESTAQUES



Jader Moraes

5
CAPA/SESSÃO ESPECIAL
Para a história



Noel Joaquim Fialad

18
REPORTAGEM ESPECIAL
Perguntas sem respostas



Divulgação

26
REPORTAGEM
Futuro agora

32 **SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO**



Jader Moraes

Para a história

ABDE recebe homenagem no Senado Federal por suas cinco décadas de atuação em prol do desenvolvimento sustentável brasileiro. **POR JADER MORAES**

Em uma data para entrar na história da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), a instituição foi homenageada no Senado Federal, em Brasília, no dia 9 de dezembro. A Sessão Especial, proposta pelo 1º vice-presidente da casa, senador Antonio Anastasia, celebrou os 50 anos da Associação, completados em março de 2019.

A sessão foi aberta pelo senador Anastasia, que destacou a participação da ABDE e do Sistema Nacional de Fomento (SNF) no desenvolvimento brasileiro, ao longo da história e nas diferentes regiões. Ao seu lado, compuseram a mesa solene membros do corpo diretivo da Associação, representando todas as regiões brasileiras: o presidente da ABDE e diretor de Planejamento do Banco do Nordeste, Perpétuo Socorro Cajazeiras; o 1º vice-presidente da Associação e presidente do BDMG, Sérgio Gusmão Suchodolski; o 2º vice-presidente e diretor do Banco do Brasil, Ênio Mathias Ferreira; os diretores da ABDE Jeanette Halmenschlager Lontra,

presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (Badesul), Valdecir Tose, presidente do Banco da Amazônia, e Rubens Rodrigues Filho, diretor de Controle do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob); e o fundador e ex-presidente da Associação, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, que foi homenageado durante a solenidade (ver box).

“O desenvolvimento, em todas as suas expressões, é o caminho para que possamos gerar, multiplicar e compartilhar riquezas. Assim, será ampliado o acesso de todos e todas aos benefícios do progresso, em uma trajetória de inclusão social e de fortalecimento da participação cidadã. Por isso, não poderia deixar de saudar a ABDE em seu 50º aniversário”, afirmou Anastasia, no início de sua fala.

Recordando o tempo em que governou Minas »

Gerais, o senador exaltou, como exemplo de atuação das demais instituições do SNF, a relevância do BDMG como banco de fomento do estado, com importância fundamental para o desenvolvimento regional, com redução das desigualdades, a inovação, com diversificação produtiva, o apoio à agropecuária e a sustentabilidade ambiental, além da infraestrutura, por meio das operações de concessões públicas.

Para o primeiro vice-presidente do Senado, o êxito alcançado pela ABDE ao longo dos 50 anos de existência deve servir de exemplo para o Brasil que se deseja construir: “um país pujante, que valoriza o empreendedorismo, e onde as relações entre pessoas e instituições sejam pautadas pela confiança e pela fé inabalável em nossa capacidade de transformar o mundo por meio do trabalho”, declarou.

O presidente da ABDE, Perpétuo Cajazeiras, lembrou, em sua fala, que a Associação foi fundada, em março de 1969, no I Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento, em Araxá, Minas Gerais. A iniciativa tinha como missão aglutinar e representar os bancos de desenvolvimento federais e estaduais, presentes em todo o território nacional. Ao longo dessas cinco décadas, frisou, as instituições de fomento se dedicaram a empreender um esforço de desenvolvimento nacional capaz de multiplicar estruturas produtivas com amplo impacto social e ambiental e impulsionar a retomada do crescimento sustentável brasileiro.

“Portanto, mais do que comemorar uma data ou registrar um marco importante, como são, de fato, os 50 anos da ABDE, estamos aqui para celebrar um grande projeto que tem como meta o desenvolvimento brasileiro e todas as suas variantes, tais como melhor qualidade de vida da população, ampliação da geração de emprego, maior distribuição de renda, incentivo e investimento em inovação, entre tantos outros efeitos altamente positivos e inclusivos que contribuem para a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro”, afirmou.

Cajazeiras fez referência às 30 instituições associadas à ABDE, bem como aos inúmeros parceiros nacionais e internacionais da Associação, muitos dos quais presentes à cerimônia: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD); a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ); a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide); o WWF-Brasil; o Consulado Britânico; e o Banco Central.

Ele destacou que as ações das instituições financeiras



Fotos: Geraldo Magela / Agência Senado

Presidente da ABDE e diretor do Banco do Nordeste, Perpétuo Cajazeiras

de desenvolvimento estão pautadas em transparência e padrões elevados de gestão, e afirmou que a modernidade e a criatividade são marcas da ABDE e de todo o Sistema Nacional de Fomento. “Temos nos empenhado para formar uma forte rede federativa, que tem vocação para ser ainda mais atuante se ampliar a sua interlocução com o poder legislativo. A jornada do país para o futuro não pode prescindir de desenvolvimento”, concluiu.

Para o primeiro vice-presidente da Associação, Sérgio Gusmão Suchodolski, a ABDE se apresenta revigorada, aos 50 anos, e capaz de enfrentar os desafios dinâmicos de uma economia em transição, o que implica às instituições ir além da atividade de intermediação financeira, ofertando serviços de assessoria técnica, estruturação de projetos e facilitação de novos negócios.

“Nesse contexto, também é fundamental alinharmos nossa atuação aos objetivos do desenvolvimento sustentável, uma agenda global consolidada com metas claras a serem observadas por todos os países signatários, inclusive o Brasil. Esse alinhamento nos habilita a acessar recursos internacionais em condições adequadas ao financiamento de projetos e setores estratégicos ao desenvolvimento sustentável”, disse.

PARCERIAS INTERNACIONAIS

Ele ressaltou que o conjunto de instituições associadas à ABDE representam toda a diversidade das rea-



Senador Antonio Anastasia, proponente da Sessão Especial

lidades econômicas do país e reforçou a urgência de se ampliar a presença brasileira em novas instituições de peso no financiamento global do desenvolvimento, como o Novo Banco de Desenvolvimento, também conhecido como o Banco dos Brics, e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), dos quais o Brasil é fundador. “Para isso é necessário mobilizar os agentes políticos para destravar os entraves que, muitas vezes, postergam a atuação das instituições multilaterais interessadas em aportar seu capital em projetos relacionados, inclusive ao desenvolvimento sustentável”, afirmou o vice-presidente. “As portas para uma nova fase de desenvolvimento no Brasil e no mundo estão abertas. Precisaremos de muita sabedoria e estratégia para atravessá-las, e a ABDE está pronta a participar desse debate”, completou.

O representante do BID no Brasil, Hugo Florez, fez um discurso representativo das parcerias estabelecidas pela Associação com diferentes organismos multilaterais e internacionais. Em sua fala, ele afirmou que 2019 é um ano de comemoração para toda a “comunidade do desenvolvimento”, pois o BID também festeja seus 60 anos de existência, e lembrou que o ban- »



Composição da Mesa da Sessão Especial em homenagem à ABDE (da esq. para a dir.): 2º vice-presidente da Associação, Ênio Mathias Ferreira (BB), diretora Jeanette Halmenschlager Lontra (Badesul), homenageado Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, senador Antonio Anastasia, presidente da ABDE Perpétuo Cajazeiras, 1º vice-presidente, Sérgio Gusmão Suchodolski (BDMG), e diretores Valdecir José de Souza Tose (Banco da Amazônia) e Rubens Rodrigues Filho (Bancoob)

co é a organização com maior histórico de programas de cooperação com as instituições financeiras de desenvolvimento brasileiras. O Brasil é o segundo maior acionista e o principal cliente do BID – nos últimos cinco anos, destacou Florez, o BID atuou em conjunto com oito instituições brasileiras, no financiamento de mais de R\$ 3 bilhões, em áreas como inovação, energias renováveis, agricultura sustentável, infraestrutura para municípios e micro e pequenas empresas.

“Acreditamos que o sistema de fomento brasileiro desempenha um papel crucial na estratégia de Estado do Brasil. Constitui uma rede de instituições empenhadas para contribuir no planejamento e na execução de políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida da população. A ABDE tem um papel fundamental ao agregar atores e competências, dando voz e catalisando essa rede”, afirmou, ressaltando que projetos estratégicos desenvolvidos pela banco com a Associação, como o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), realizado em parceria com a CVM, e Prêmio ABDE-BID, ao lado da OCB.

O prêmio, em sua sexta edição, recebeu 68 trabalhos nas três categorias abertas, maior número de procura desde a sua primeira edição, em 2014. Em relação ao ano anterior, houve um crescimento de cerca de 40%. Promovido pela ABDE e pelo BID, com o apoio da OCB, a premiação tem a finalidade de estimular a elaboração de trabalhos escritos de reflexão e apresentação de proposi-

ções sobre o financiamento do desenvolvimento, em especial sobre o Sistema Nacional de Fomento.

Os vencedores em cada uma das categorias – Desenvolvimento em Debate; Inovação Financeira; e Desenvolvimento e Cooperativismo de Crédito – foram homenageados durante a cerimônia. Os segundos colocados também receberam placa alusiva à premiação e estiveram presentes ao evento (ver nas páginas 12 a 15).

HISTÓRIA

Fundada no dia 5 de março em 1969, como Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento, a ABDE passou por duas reformulações de nome: a primeira alteração foi em 1997, quando se tornou Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento; a segunda se deu em 2014, quando mudou para o que se conhece hoje.

Atualmente, a ABDE reúne 30 instituições – bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por estados da federação, bancos cooperativos, bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento e agências de fomento, além da Finep e do Sebrae – e trabalha promovendo o intercâmbio de informações, formulando propostas de aperfeiçoamento e implantando boas práticas.

Enquanto rede, o Sistema Nacional de Fomento hoje é responsável por mais de 80% da oferta de



Momento da execução do Hino Nacional pelo Coral de Funcionários do Banco do Brasil



Hindenburgo Diniz recebe a homenagem das mãos da diretora da ABDE e presidente do Badesul, Jeanette Lontra



Plenário cheio para acompanhar a cerimônia

crédito de longo prazo na economia brasileira, constituindo-se como elemento decisivo para financiar atividades produtivas de variados setores, para viabilizar projetos de maior prazo de maturação, para a descentralização regional dos financiamentos e para a execução de diversas políticas públicas. O SNF é o instrumento efetivo para a execução de políticas pú-

blicas de desenvolvimento e o principal financiador de longo prazo da economia brasileira. São instituições que atendem a um escopo bastante variado de competências e atribuições, e que fortaleceram, ao longo de décadas de atuação, sua competência em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável da economia brasileira e para a garantia do bem-estar dos cidadãos. »



1º vice-presidente da ABDE e presidente do BDMG, Sérgio Gusmão Suchodolski



Hugo Florez, representante do BID no Brasil

Homenagem ao fundador



Fundador e ex-presidente da ABDE, o advogado Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz foi homenageado na Sessão Especial, pela sua participação decisiva na criação da Associação e em diversas instituições por onde passou ao longo da sua vida. A diretora da ABDE, Jeanette Lontra, abriu as homenagens: “Toda construção para ser erguida necessita de bases sólidas, consistentes, e de mentores capazes de torná-las reais e produtivas, no contexto em que se inserem. A ABDE teve a felicidade de nascer com o importante propósito de aglutinar instituições vocacionadas para o desenvolvimento brasileiro; e um dos seus ilustres criadores nos honra aqui hoje com a sua presença”, disse.

O senador Antonio Anastasia também rendeu homenagens para Hindemburgo, a quem qualificou como “o desenvolvimentista mais vigoroso e veemente que eu já conheci ao longo de minha vida”. “Não há homenagem mais justa e merecida do que esta: o reconhecimento a um homem público que doou a sua vida na sua inteireza, sua inteligência, seu esforço, sua dedicação e uma energia tão extraordinária para o desenvolvimento, para o progresso e pelo interesse público de nosso país. Portanto, o Senado Federal se une à ABDE nesta homenagem”, declarou Anastasia.

Hindemburgo nasceu no estado da Paraíba e formou-se em

Direito no Rio de Janeiro. Trabalhou nos governos dos Presidentes da República Getúlio Vargas e Café Filho, e participou das articulações da campanha de Juscelino Kubitschek para retornar à Presidência da República em 1965. Diniz ocupa a Cadeira nº 20 da Academia Mineira de Letras, foi diretor-secretário do *Correio Braziliense*, do grupo Diários Associados, e é autor de diversos artigos e livros publicados.

Em Minas Gerais, onde também se dedicou à vida política, Hindemburgo Diniz presidiu o BDMG, em dois períodos, tendo sido o responsável pela criação da ABDE e da Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa e ensino vinculada ao governo do estado de Minas. Na ABDE, foi presidente entre os anos de 1993 e 1995.

Durante seu discurso, Hindemburgo recordou a trajetória da Associação e das instituições financeiras de desenvolvimento e reafirmou suas convicções acerca do futuro do Sistema Nacional de Fomento. Confira os principais trechos:

“Ao longo do congresso de Araxá, suas preocupações estiveram em foco na mídia do País, com registros do empenho geral no sentido de modelar a ação dos bancos de desenvolvimento submetida a uma visão macroeconômica. A ressonância do congresso foi tamanha que, na reunião inaugural da entidade resultante – que é a ABDE –, formada por corporações financeiras públicas de desenvolvimento, 17 instituições de 15 Estados diferentes inscreveram-se como sócios fundadores”

“Apesar de as instituições financeiras de fomento não terem no lucro seu escopo básico, esse resultado positivo e um nível saudável de liquidez também lhes são essenciais a fim de conquistarem presença respeitável no mercado, cumprirem com maior eficiência suas missões e não causarem perturbação na ordem bancária. Contudo, o interesse econômico de natureza social há de ser sempre seu primeiro objetivo”

“O estadista, atento à visão de longo prazo, conhecendo a realidade específica, orientado pela luz do pensamento lógico, há de entender a importância da capitalização dessas instituições, até com alguma parcela dos insumos orçamentários oriundos do aumento de arrecadação tributária propiciada pelos ativos que eles próprios financiaram, vários dos quais nem existiriam sem a ação de uma entidade bancária de fomento”

“A ação dos bancos de desenvolvimento deve orientar-se para atenuar as insuficiências e reduzir as imperfeições na distribuição do crédito de longo prazo, que as reformas por intermédio do livre mercado não têm vocação para superar (...) Atualmente, nas diversas economias, das menores às mais desenvolvidas da Terra, os bancos de fomento, onde existem, constituem vertentes de importância estratégica, mas esse fato não costuma transmitir à opinião pública consciência exata dos papéis que exercem em favor da realidade econômica”

“Sobre a subestimação da essencialidade dos bancos de fomento entre nós, observa-se o exemplo do BNDES, que vez por outra entra no noticiário sob críticas levianas cujo conteúdo deixa margem para leitores menos preparados considerarem até sua existência dispensável (...) Mas o importante é que o maior banco de fomento do Brasil tem realizações extraordinárias, capazes de constranger, num debate público aberto, seus adversários privatistas mais radicais (...) Afirmo, sem receio de ser temerário, que, ausente o BNDES, o Brasil seria outro, mais atrasado”

Atualmente, nas diversas economias, das menores às mais desenvolvidas da Terra, os bancos de fomento, onde existem, constituem vertentes de importância estratégica

**Hindemburgo Chateaubriand
Pereira Diniz**

“Cumpre-me pontuar, sintetizando particularidades que, no meu juízo, devem caracterizar o perfil de um típico banco de desenvolvimento: enquanto banco, precisa garantir esse lucro no plano microeconômico, mantendo liquidez respeitável. Há de ser preferencialmente público, porquanto, compete-lhe, em princípio, estar voltado para os interesses socioeconômicos do Estado. Em consequência, deve ter visão macroeconômica própria, a fim de que a sociedade conheça a repercussão do seu trabalho em benefício do objetivo para que foi criado o Banco do Desenvolvimento”

“Além do preconceito de neoliberais pela circunstância de serem entidades estaduais, [os bancos de desenvolvimento] estão submetidos à disciplina que rege a banca privada, mesmo quando operam com recursos orçamentários públicos. Vem dessa situação a maior importância e responsabilidade da ABDE. Único meio de contato não oficial, entre os diversos BDs do país, em cujo auditório discute-se e se assimilam ensinamentos adequados a se orientarem, em conjunto, no rumo do combate ao atraso econômico, contribuindo para a erradicação da pobreza nas sociedades a que servem”

Confira o discurso completo em: www.abde.org.br



Jader Moraes

Premiados solenes

Os vencedores e segundos colocados da edição 2019 do Prêmio ABDE-BID participaram da Sessão Especial em homenagem aos 50 anos da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), no dia 9 de dezembro, no Senado Federal, e receberam placas em referência à premiação. O prêmio, realização da ABDE e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), recebeu o número recorde de 68 trabalhos em 2019 e rendeu premiações que totalizaram R\$ 36 mil.

Na última edição da *Rumos*, foram publicados os resumos dos artigos vencedores em cada uma das categorias: Desenvolvimento em Debate, vencido por Igor Lopes Rocha; Inovação Financeira – Finanças Verdes, Fintechs e PPPs, de Gustavo Alexandre Duda Mattana; e Desenvolvimento e Cooperativismo de Crédito, de autoria de Marcelo Henrique Shinkoda Santos e Marcelo José Braga.

Nas próximas páginas, estão publicados os artigos dos segundos colocados, como prevê o regulamento do prêmio. Os artigos completos estão disponíveis em livro e no site da ABDE, onde também é possível visualizar os trabalhos vencedores das edições anteriores.

O primeiro artigo do segundo colocado, na página ao lado, é de autoria do economista André Bueno, defende a importância dos investimentos em infraestrutura para impulsionar a economia brasileira, em um cenário de estagnação que o país vive, por sua capacidade de sustentar e induzir a demanda a mobilizarem elevados montantes de capital e de emprego.

Já o trabalho de Julia Mello de Queiroz buscou analisar o arranjo institucional brasileiro relacionado ao financiamento da biodiversidade, para compreensão de quais os impactos no direcionamento de recursos para esta área. A capacidade institucional do Brasil é vista como um diferencial para que os recursos realmente atinjam suas metas.

Por fim, o artigo assinado por Gustavo Henrique Dias Souza, Edleuza Paulina Loures da Silva, Valéria Gama Fully Bressan e Jacqueline Veneroso Alves da Cunha argumenta que a presença de cooperativas de crédito no sistema financeiro é capaz de aumentar a concorrência e a competitividade no mercado, trazendo benefícios ao desenvolvimento. O trabalho analisa a relação entre a segmentação do Sistema Financeiro Nacional e a eficiência das cooperativas de crédito brasileiras. Confira!

A infraestrutura como novo vetor de dinamismo

A conjuntura econômica pela qual o Brasil atravessa atualmente é extremamente pessimista. A atividade econômica demonstra-se plenamente estagnada, exibindo um elevado e persistente nível de desemprego e subemprego nos últimos anos, não se recuperando desde a desaceleração iniciada em 2014. Esse cenário é intensificado por um baixo nível de investimento, que é histórico, e um sistema tributário ineficiente e desigual (regressivo), que, por sua vez, atenua possíveis efeitos multiplicadores de renda e de emprego. Além do mais, o Brasil possui uma inserção incipiente nas cadeias globais de valor, fruto de um déficit tecnológico, que foi agravado por uma contínua perda de competitividade.

Portanto, nota-se a concomitância de fatores conjunturais e estruturais que impedem a retomada do crescimento. A economia, por si só, não manifesta as forças necessárias para tal, visto que os *drivers* de demanda estão incipientes ou esgotados. O padrão de crescimento calcado no consumo, que vigorou até 2013, está esgotado, enquanto um crescimento baseado nas exportações não se demonstra crível, ao menos a curto prazo, dada a baixa competitividade brasileira e um acirramento da concorrência global. No caso dos investimentos direcionados à expansão da capacidade produtiva, os empresários não possuem os incentivos necessários para efetua-los, em virtude do baixo nível de utilização da capacidade. Como consequência, faz-se fundamental um componente autônomo com a capacidade de impulsionar a demanda e, assim, a economia.

Os investimentos em infraestrutura se apresentam como tal, tendo a capacidade de sustentar e induzir a demanda por mobilizarem elevados montantes de capital e de emprego. No caso brasileiro, há um grande déficit na rede de infraestrutura e seus serviços, isto é, os setores de energia elétrica, saneamento, telecomunicações e transporte. Esse déficit leva a inúmeras adversidades no funcionamento da economia, impactando negativamente a produtividade e a competitividade e, portanto, o crescimento. A expansão desses serviços ocorreu reativamente ao processo de colonização e assentamento das regiões brasileiras, o que ocasionou uma distribuição espacial/regional desigual. Esses fatores intensificam aspectos alarmantes, como a concentração de renda e riqueza e a discrepante integração intrarregional e inter-regional. Portanto, torna-se essencial a expansão da rede de infraestrutura e, conseqüentemente, de seus investimentos.

É exatamente esse cenário que o trabalho procura explo-

rar, simulando um aumento dos investimentos em infraestrutura no ano de 2015, passando de 2,55% para 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Os resultados indicam que essa expansão, de 1,45 p.p. do PIB, acarretaria um impacto significativo tanto no PIB como no emprego, gerando um crescimento da ordem de 2,50 p.p. do PIB e a criação de cerca de 2,7 milhões postos de trabalho, valor extremamente impactante para a economia, visto que o nível de desemprego, em 2015, era da ordem de 9,2 milhões.

Em outros termos, a expansão dos investimentos em infraestrutura reduziria o desemprego para 6,5 milhões, isto é, de cerca de 29,35%. Tal impacto é ainda mais relevante por grande parte dos empregos gerados serem no setor de Construção Civil, uma atividade altamente afetada pela crise.

Dessa forma, torna-se nítido que esses investimentos possuem a capacidade de sustentar a demanda agregada no curto prazo. Já a médio e longo prazo, pelos setores de infraestrutura apresentarem elevados e difusos encadeamentos para frente, isto proporciona um mecanismo poderoso de proliferação de renda para as demais atividades. Em outros termos, a médio e longo prazo, a capacidade da indústria de infraestrutura de indutor da demanda agregada é vigorosamente intensificada, tornando-se, de fato, uma alternativa viável em momentos de crise enquanto sustentador e uma política industrial de base na qualidade de indutor da demanda agregada.



Divulgação

ANDRÉ BUENO

Doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Mecanismos financeiros para o financiamento da biodiversidade

A significativa perda de biodiversidade deu origem a várias iniciativas de conservação nos níveis internacional, nacional e regional em todo o mundo. No entanto, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de políticas e programas de conservação da biodiversidade é a questão do financiamento. Ao falar sobre financiamento da biodiversidade, o Global Environment Facility (GEF) desempenha um papel importante, pois é a maior fonte de recursos públicos para projetos ambientais no mundo. O GEF é fundo ambiental criado em 1991 para direcionar recursos financeiros aos países em desenvolvimento para atingir as metas ambientais e acordos internacionais sobre o tema.

No entanto, apenas a disponibilidade de recursos financeiros é insuficiente para fornecer as melhores estratégias para a conservação da biodiversidade. Existem importantes questões institucionais, políticas e econômicas que também influenciam o alcance dos objetivos ambientais. Nesse contexto, o artigo buscou identificar e analisar o arranjo institucional brasileiro relacionado ao financiamento da biodiversidade do GEF e entender os processos de geração de conhecimento, aprendizado e a estrutura de poder. Buscou-se analisar suas interações e dinâmicas internas para que se possam compreender os impactos no direcionamento de recursos para a biodiversidade.

O arranjo institucional, aqui definido com base em uma abordagem neo-schumpeteriana, foi analisado por meio de uma pesquisa qualitativa. Concluiu-se que o arranjo é complexo, *multistakeholder* e interconectado de diferentes maneiras. Diversas são as instâncias envolvidas para que o financiamento alcance os projetos de biodiversidade no Brasil. O arranjo é visto como bem estruturado e a capacidade institucional do Brasil é um diferencial para que os recursos realmente atinjam suas metas.

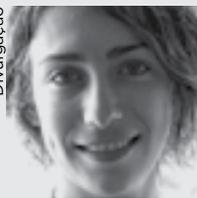
A geração de conhecimento se dá em várias partes dos processos operacionais, com destaque para momentos de concepção, preparação e implementação do projeto. Percebe-se que essa geração de conhecimento encontra-se muito mais nos momentos nos quais existem vários atores trabalhando em conjunto ou na existência de atores com conhecimento especializado e é quando são gerados os conhecimentos es-

pecíficos sobre as reais necessidades de conservação da biodiversidade. Percebe-se, assim, a relevância do conhecimento tácito e aspectos de *learning-by-doing* e *learning-by-interacting* nos processos.

Sobre a questão de poder, nota-se que existe uma influência das esferas mais altas do arranjo institucional em direção aos projetos. É uma interferência *top-down*, na qual os grandes doadores de recursos financeiros têm influência política sobre processos formais e informais do arranjo e, principalmente, o direcionamento do financiamento.

Assim, conclui-se que, por um lado, o conhecimento e as trocas relacionadas ao aprendizado acontecem onde existem maiores interações, atuação de especialistas no tema e conhecimento local. E são nessas partes do arranjo onde se encontram grande parte dos conhecimentos sobre as prioridades e especificidades de conservação da biodiversidade. Por outro lado, existe uma concentração de poder que não provém do local onde está esse conhecimento, mas sim da origem dos recursos financeiros. Como consequência, esse cenário sugere que o direcionamento do financiamento do GEF segue os interesses desses grandes doadores e não necessariamente converge com as prioridades e especificidades de conservação da biodiversidade.

Divulgação



JULIA MELLO DE QUEIROZ

Doutoranda do curso de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui graduação e mestrado em Economia. Trabalhou como pesquisadora e consultora em organizações nacionais e internacionais voltadas para a questão ambiental.

Segmentos do SFN e eficiência cooperativa

O crédito é uma importante ferramenta para o desenvolvimento e crescimento econômico. Os recursos disponíveis e os serviços prestados pelo sistema financeiro de um país contribuem para que haja esse desenvolvimento. Dentre as instituições de um sistema financeiro, destacam-se as cooperativas de crédito, que desempenham importante papel no desenvolvimento econômico na medida em que promovem a inclusão, tanto financeira quanto social, em regiões com população de baixa renda, nas quais poderia, anteriormente, sequer haver participação de um sistema bancário. Além disso, a presença de cooperativas de crédito no sistema financeiro é capaz de aumentar a concorrência e a competitividade no mercado, o que também traria benefícios ao desenvolvimento.

No Brasil, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é dividido em cinco segmentos que diferem de acordo com o porte, atividade internacional e perfil de risco das instituições. A segmentação, criada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, estabelece que sejam atribuídas regras mais simples a instituições menores, além de aplicação das regras de forma adequada ao perfil de risco das instituições, contribuindo com a maximização do processo de intermediação financeira e tornando essas instituições mais eficientes. Nesse contexto, esse estudo objetivou analisar qual a relação entre a Segmentação do SFN e a eficiência das cooperativas de crédito brasileiras.

Foi utilizada uma amostra de 661 cooperativas singulares, distribuídas entre Plenas e Clássicas, para os anos de 2017 e 2018. A partir dessa amostra, o estudo chegou a algumas principais conclusões. Inicialmente, sobre o nível de eficiência das cooperativas da amostra, observou-se um nível de eficiência média de 0,9948, que pode ser considerado alto grau de eficiência dessas instituições.

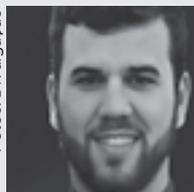
Os principais resultados revelaram que há diferença de eficiência em relação à Segmentação, constatando-se que as cooperativas enquadradas no segmento S4 da classificação do Banco Central são mais eficientes em comparação as enquadradas no segmento S5. Além disso, o nível de eficiência das cooperativas de crédito da amostra foi influenciado pelas variáveis: tamanho, diversificação e risco de crédito. Observou-se também diferença nos níveis de eficiência das cooperativas das regiões Sul e Nordeste em comparação com as da região Sudeste.

Após realização da análise de agrupamento ou *cluster*, constatou-se que, considerando o risco de crédito, a maior parte das

cooperativas de crédito que faz parte do S4 é classificada também em um grupo com menores níveis de risco, enquanto o grupo composto pelas cooperativas de maiores riscos é formado majoritariamente pelas cooperativas do segmento S5. Esse resultado corrobora com a evidência anterior de que as cooperativas do S4 são mais eficientes, uma vez que o risco de crédito possui relação negativa com a eficiência. Por conseguinte, isso indica a adequação das classificações do Banco Central, com relação aos segmentos, e a abordagem sugerida nesse estudo pela análise de cluster.

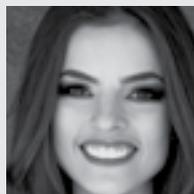
Dessa forma, o estudo traz à luz a discussão sobre a segmentação do SFN, gerando contribuições para a teoria e a prática. Como a regulação da Segmentação do SFN é relativamente nova, espera-se que os resultados desse estudo contribuam para a literatura sobre o cooperativismo de crédito e que possam gerar implicações e ideias futuras que possam contribuir para o desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional.

Fotos: Divulgação



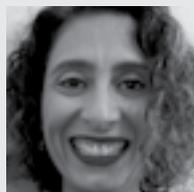
GUSTAVO HENRIQUE DIAS SOUZA

Mestrando em Controladoria e Contabilidade pelo Programa de Pós-graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade da FACE/UFMG.



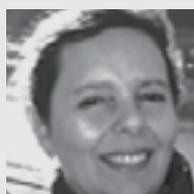
EDLEUZA PAULINA LOURES DA SILVA

Mestranda em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais.



VALÉRIA GAMA FULLY BRESSAN

Professora Associada do Departamento de Ciências Contábeis e Coordenadora do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade da UFMG.



JACQUELINE VENEROSO ALVES DA CUNHA

Doutora em Ciências Contábeis e professora Associada do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG.

Semana Global de Empreendedorismo: um olhar para o futuro

Ser o dono do próprio negócio é um sonho declarado de milhões de brasileiros. Há quase 20 anos, pesquisas feitas regularmente pelo Sebrae apontam o crescimento do número de pessoas que desejam abrir a própria empresa e ser patrões de si mesmos. Atento a essa realidade, o Sebrae e um grupo de instituições parceiras realizam anualmente a Semana Global do Empreendedorismo (SGE), visando difundir a cultura empreendedora e apoiar quem busca criar o próprio negócio, gerando emprego e renda, e animando a economia do país.

Ao longo de quase 50 anos, o Sebrae trabalha para fortalecer a atuação das micro e pequenas empresas no Brasil. Temos atuado junto a atores públicos – em diferentes níveis – e empresas de todos os portes, sempre com foco na melhoria do ambiente de negócios e no estímulo à atividade empreendedora. Nesse sentido, reconhecemos as significativas conquistas alcançadas nos últimos anos com avanços no marco legal, redução da burocracia e dos custos tributários sobre os empreendedores brasileiros.

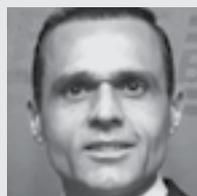
Entretanto, o desafio que temos pela frente ainda é enorme. A despeito dos esforços, o Brasil aparece em 124º lugar no mais recente *ranking* elaborado pelo Banco Mundial, que relaciona as economias de diferentes países de acordo com o grau de facilidade para empreender. Esse é um retrato que sociedade e governo precisam estar comprometidos em transformar, no menor tempo possível, sob pena de comprometermos permanentemente nosso futuro.

Se pretendemos fazer com que a economia brasileira avance de modo consistente, é imprescindível priorizar a atenção aos pequenos negócios, como prevê a própria Constituição. Afinal, esse segmento reúne mais de 15,5 milhões de empreendedores, que juntos representam cerca 99% de todas as empresas em atividade no país. Além disso, as micro e pequenas empresas têm sido as maiores responsáveis pela geração de novas vagas de trabalho, criando quase 90% das oportunidades de emprego que surgiram no Brasil até setembro deste ano.

Num contexto global, em que as novas tecnologias e a inovação são determinantes para o futuro da economia, é urgente capacitarmos e apoiarmos donos de micro e pequenas empresas para conseguirmos dar um salto de competitividade e produti-

vidade. Os indicadores são preocupantes: se em 1980 a produtividade do trabalhador brasileiro correspondia a 40% de um trabalhador norte-americano, hoje essa proporção caiu a 24%. A situação é ainda mais alarmante se observarmos a disparidade interna no país, onde a produtividade dos pequenos negócios está bem abaixo da média e representa entre 10% e 27% dos resultados alcançados por grandes e médias empresas.

Em sua 12ª edição, a Semana Global de Empreendedorismo 2019 bateu suas metas, colocando mais uma vez o Brasil com o maior volume de eventos e pessoas mobilizadas em torno da ideia de empreender, entre os 170 países que participam da iniciativa. Foram quase 13 mil eventos, envolvendo cerca de 2.336 municípios e 1.740 parceiros, além das vagas ofertadas: mais de um milhão e 600 (números atualizados em 25/11/2019). Nós, do Sebrae e das organizações que compõem o Conselho da SGE no Brasil (Aliança Empreendedora, Anjos do Brasil, Anprotec, Artemisia, Brasil Junior, Conaje, Endeavor e Junior Achievement), celebramos esse resultado – o que não nos coloca em região de conforto. Sabemos que há muito por fazer e abraçamos esse desafio... Vamos todos juntos fortalecer a nossa rota da prosperidade e a teia da fraternidade: por uma sociedade mais feliz!



Charles Damasceno

EDUARDO DIOGO

Diretor de Administração e Finanças do Sebrae.

Se você tem planos
para o futuro, procure
um banco diferente.
Fale com o BRDE.



O BRDE é um banco de fomento. Aqui você deposita suas melhores ideias, seus projetos e sua confiança. E seus investimentos retornam na forma de empregos, renda e novos negócios para a Região Sul. Com o programa **BRDE Protur**, empreendedores do ramo de turismo encontram soluções de financiamento exclusivas para a modernização, ampliação ou implantação de equipamentos e atrações turísticas como hotéis, pousadas, parques temáticos e aquáticos, restaurantes e outros. Se você tem projetos que precisam de crédito para sair do papel, fale com a gente. O BRDE ajuda você a transformar seu sonho em realidade.

Porque onde tem um
sonho virando realidade,
tem a mão do BRDE.





Noel Joaquim Faleid

PERGUNTAS SEM RESPOSTAS

Um novo ano vai começar, ainda que as esperanças se renovem, 2019 foi tão intenso que fica difícil projetar 2020 sem tentar compreender alguns dos fenômenos que nos rondaram essa última década. Para ajudar a entender o momento, a *Rumos* separou cinco títulos lançados recentemente que fazem um retrato de questões contemporâneas, trazendo elementos para reflexão. As obras versam sobre meio ambiente, verdade dos fatos, tecnologia, República e futuro, um pouco de tudo que foi notícia neste ano. Prenda o fôlego e mergulhe nesses relatos. Nossa sugestão é: veja as perguntas, leia os livros e, quem sabe, chegue às respostas. **POR REDAÇÃO**



Noel Joaquim Faia

ESTAMOS NO CAMINHO?

"Tirania e República". "Patrimonialismo brasileiro". "Igualdade, democracia e civilidade". Esses e um conjunto de outros 48 termos da história política brasileira e global estão reunidos no *Dicionário da República*, obra organizada por Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling com a participação de 50 autores, especialistas em áreas diversas como filosofia, história, ciência política, antropologia, direito, sociologia e jornalismo.

No marco dos 130 anos da Proclamação da República no Brasil, as organizadoras argumentam que o termo ainda guarda ambiguidade e alguma controvérsia. Para tentar desatar o nó, elas recorrem ao extenso fio que se inicia ainda na Grécia Antiga, que cunhou o termo *politeia*, em referência a uma comunidade política formada por homens livres; segue na Roma a.C., que o traduziu para *res publica*, como uma forma política de resistência e de prevenção às tiranias; até chegar aos tempos atuais, em que falar de republicanismo exige tratar de democracia, embora sejam termos distintos. Contemporaneamente, afirmam elas, "a república e a prática republicana são opostas a todas as formas de autoritarismo".

Os verbetes que compõem o dicionário ajudam a montar os caminhos e per-

calços na construção da República brasileira. Estão retratados os movimentos populares de revolta política, como as conjurações ocorridas em Minas, no Rio de Janeiro e em Salvador, a Guerra de Canudos e a Revolução Pernambucana. Também ganham textos críticos as constituições brasileiras desde 1891 e a própria instauração da República no país. Temas ainda efervescentes na atualidade, como a globalização, a laicidade, o totalitarismo e as questões de gênero e raça, fundamentais para se pensar a República hoje, estão contemplados nos ensaios de especialistas como José Murilo de Carvalho, Angela de Castro Gomes, Celso Lafer, Maria Filomena Gregori e Petrônio Domingues.

O dicionário possibilita, portanto, refletir sobre o presente a partir de abordagens plurais e com embasamento histórico. Não para se analisar um passado estático, mas sim ainda em movimento e com reflexos sobre o quadro contemporâneo. Afinal, o caminho brasileiro em busca da república, muitas vezes em conflito com as próprias tradições republicanas, tem sido "tortuoso, marcado por linhas quebradas e reentrâncias, feito com pontos altos de otimismo democrático e baixos de inversão antidemocrática". É preciso aprender as lições. »



Dicionário da República – 51 textos críticos

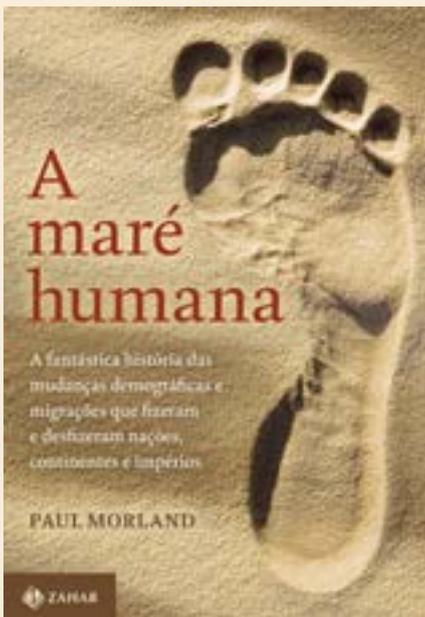
Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling (orgs.)

Companhia das Letras, 2019, 504 p.



Pixabay

VAI PARA ONDE?



A Maré Humana: A fantástica história das mudanças demográficas e migrações que fizeram e desfizeram nações, continentes e impérios

Paul Morland
Zahar, 2019, 384 p.

Nos últimos 200 anos, o mundo viveu uma revolução sem precedentes, que transformou as sociedades e mudou para sempre a história da humanidade: a revolução demográfica, foco do livro *A Maré Humana*, do pesquisador Paul Morland. Para ilustrar o tamanho da transformação causada pela demografia, Morland recorre a números básicos: do ano 47 antes de Cristo (a.C) até o ano de 1837, a população global passou de 250 milhões para 1 bilhão de habitantes. De 1837 até hoje, esse número saltou para sete bilhões.

São três as razões centrais que explicam uma mudança demográfica de tal magnitude: a queda vertiginosa na mortalidade infantil, a desaceleração da fecundidade (mas com maior expectativa de vida ao nascer) e o fenômeno das migrações. Essas mudanças já vinham em curso desde o início do século XIX, mas, quando se tornam verdadeiramente globais, após 1945, elas causaram uma tempestade, provocando mudanças sociais profundas e transformando tudo: da geoestratégia à macroeconomia, da demanda de berços à necessidade de túmulos. O “turbilhão demográfico” se espalhou pelo mundo, a partir das Ilhas Britânicas, mas rapidamente expandido para as demais regiões do planeta, alterando formas de vida e criando novas.

Essa é a história da maré humana, como define Morland: o grande fluxo da humanidade, cuja contribuição é vasta (e às vezes subestimada) para o curso da história. Para o autor, a demografia pode ser o fator explicativo mais importante na história do mundo nos últimos dois séculos.

Com essa avalanche de mudanças, que ocorrem não só entre Estados, mas no interior das nações, as forças demográficas entre os diferentes grupos étnicos podem mudar rapidamente, com impactos das mais variadas ordens, inclusive eleitorais. Morland argumenta que a demografia também importa mais agora do que no passado porque a política ganhou cada vez mais a dimensão étnica na era moderna. A etnicidade importa.

A obra, em resumo, objetiva deixar claro que a história moderna é a história da transformação demográfica global. Mas ressalta que os dados da demografia são um agregado de milhões de histórias individuais – de pais idosos vivendo mais, do risco de vida para um bebê, da escolha de viver uma nova vida em uma nova terra. Pois os números, argumenta o autor, “são nada mais, nada menos do que a soma de esperanças, amores e medos de cada ser humano individual”.



Noel Joaquim Falad

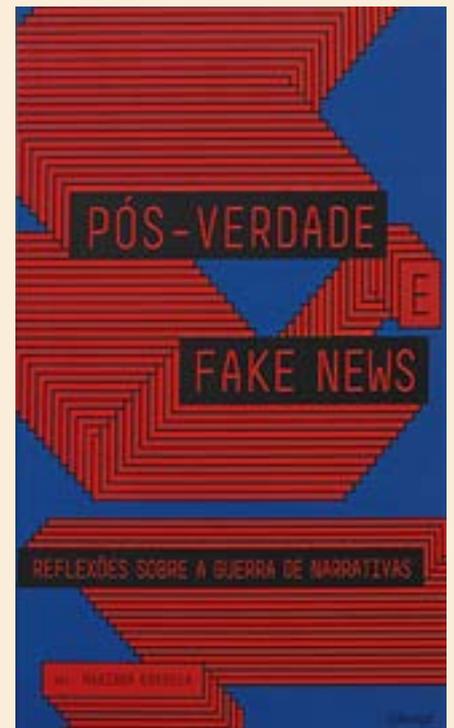
QUEM DISSE O QUÊ?

Os últimos anos foram inundados por um par de expressões que se tornaram cotidianas nos mais variados debates: “pós-verdade” e, mais recentemente, “fake news”. Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com especialização em Política Internacional pela London School of Economics, Mariana Barbosa busca organizar algumas das principais discussões sobre esses dois termos no livro *Pós-verdade e fake news – Reflexões sobre a guerra de narrativas*.

A obra busca compreender os fenômenos atuais da era das redes sociais e da questão de desinformação, por meio de oito artigos e duas entrevistas. Um dos entrevistados é o norte-americano Peter Warren Singer, especialista em Defesa e autor do aclamado livro *LikeWar: the weaponization of social media*. Ele defende que, por meio do esforço coletivo, é possível frear a disseminação das fake news. Já a jornalista Patrícia Campos Mello, que recebeu, em 2019, o Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa do Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ), relembra o episódio em que foi vítima de campanha difamatória após publicar reportagens sobre a utilização irregular de aplicativos de mensagens nas últimas eleições.

A interferência das redes sociais nos processos político-eleitorais é tema de dois artigos: o texto que abre a coletânea, assinado pela doutora em Comunicação Fernanda Bruno e pela filósofa e matemática Tatiana Roque; e o artigo escrito pelo doutor em Sociologia do Direito e diretor do InternetLab, Francisco Brito Cruz. Outros dois textos avaliam o papel do jornalismo diante desse novo cenário. Em um deles, o jornalista Eugênio Bucci recorda que os produtores das notícias falsas, aí incluídos políticos, imitam a forma do jornalismo como ferramenta para manchar a credibilidade dos veículos de informação. O outro é assinado por Gilberto Scofield Jr.

Depois de passar por discussões da área jurídica, da educação e da filosofia, o livro também dedica atenção à dimensão tecnológica propriamente dita das fake news, por meio do artigo da economista e escritora Dora Kaufman, em que ela discorre sobre a história e o avanço dos algoritmos e da inteligência artificial no âmbito da comunicação, alertando para um risco em especial desses sistemas inteligentes: eles “promovem a homogeneização das relações sociais, mantendo as pessoas em círculos sociais fechados, formados por aqueles que pensam igual”.



Pós-verdade e fake news – Reflexões sobre a guerra de narrativas

Mariana Barbosa (org.)
Cobogó, 2019, 128 p.



Pixabay

EM TEMPO REAL?



Streampunks - O YouTube e os rebeldes que estão transformando as mídias

Robert Kyncl e Maany Peyvan
Record, 2019, 320 p.

No dicionário dos novos tempos, uma nova forma de expressão apareceu, influenciadores digitais, se você não sabe o que quer dizer, com certeza seu filho sabe. São produtores de conteúdos, jovens ou mesmo, crianças às vezes, que por meio de canais digitais, principalmente via youtube, apresentam um modo de viver que acaba sendo cobijado por milhões, ou seja, eles influenciam o jeito como as pessoas que os veem agem no mundo. As plataformas digitais que utilizam para se comunicar com o grande público (e coloca grande nisso, falamos de milhões de pessoas de audiência) irão definir como se chamam, são os youtubers, ou instagramers, ou a outros nomes que ainda iremos nos familiarizar.

Esse novo fenômeno de comunicação, de vendas e de se expor ao mundo ainda ganhará muitos relatos e estudos, mas, vale a leitura o trabalho de Robert Kyncl, diretor de negócios do YouTube, e de Maany Peyvan, redator do Google, por serem pessoas que falam diretamente de “dentro”, eles são os infiltrados que, curiosamente, também estão impressionados com o que está acontecendo e relatam tudo no livro chama de Streampunks, o youtube e os rebeldes que estão transformando as mídias.

O livro desbrava os bastidores do serviço de transmissão em tempo real (streaming) que remodelou o mercado audiovisual e transformou a indústria da produção de conteúdo, colocando ao alcance de cada lar, de cada computador ou celular, de cada pessoa. Ainda que o livro se detenha em exemplos, às vezes, pouco conhecidos do público em geral, a obra explora a ruptura drástica no *modus operandi* da produção audiovisual, com a transformação desde a produção, passando pela forma de consumo e até diante da hierarquia da cadeia criativa. Houve uma quebra na tradição entre os antigos produtores de conteúdos, roteiristas de novela, produtores de televisão, frente aos novos geradores de informação, que, muitas vezes, de forma individual, oferecem vídeos novos, a todo o tempo, dos mais variados temas. O potencial ilimitado e presença em todos os cantos do mundo desses novos produtores gerou a maior biblioteca de vídeos reunidos a um clique ou toque de dedos.

Para os autores, a inexistência de fronteiras também contribuiu para compreender tamanha revolução e “rebelia” de seus criadores, que, ainda que de forma não orquestrada, revolucionaram uma das indústrias mais lucrativas do mundo.



Pixabay

CONECTOU?

Com uma visão um pouco pessimista, James Bridle, autor de *A nova idade das trevas*, traz um alerta a respeito da relação que temos que ter com as tecnologias contemporâneas. Sem radicalismos que envolveriam uma utópica ausência no uso das redes digitais e afins, Bridle, que é escritor e artista plástico, propõe que busquemos entender melhor como funcionam, sinaliza a importância da educação para a tecnologia, mas do que só usá-la. “Os computadores não estão aqui para nos dar respostas, mas são ferramentas para fazer perguntas”, sentencia.

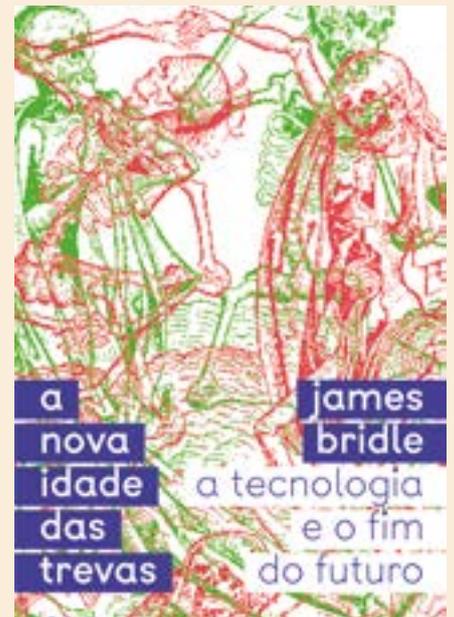
Com um olhar sob artigos científicos, relatórios governamentais e outras bases de pesquisa, o escritor evidencia o quanto de nossa individualidade é afetada pelas tecnologias, e, não só isso, mas como ela afeta também o mundo, com a geração de novos lixos eletrônicos ou mesmo com os custos de energia de manutenção de imensos data centers, que nem sequer nos damos conta de onde ficam, tão fascinados com os arquivos em nuvem, compartilhados com todos, em todos os lugares, a qualquer momento.

A ausência de preocupação geral de como os sistemas em nuvem funcionam, na visão do autor, é uma condição

vantajosa para as grandes empresas de tecnologia, que não têm que explicar o impacto que causam ao meio ambiente e à vida comum.

Bridle coloca inúmeros outros pontos que devem deixar alertas sobre o “futuro de trevas” que podemos enfrentar se não pararmos para pesar prós e contras em como lidamos hoje com a tecnologia. A internet, a rede, a nuvem, a interconexão mundial feita em instantes, não são desprovidas de propósito em si, a maneira como foram construídas e como estão ordenadas “falam” muito de como elas interferem na organização contemporânea do mundo, deixando rastros de como será daqui para a frente. Para o autor, o problema é que não estamos prestando atenção aos “rastros”, sinais de que a tecnologia no presente definirá nossa forma de atuar no futuro e não ao contrário.

A obra é um alerta para não pensarmos apenas como usuários nem ficarmos tão maravilhados com todo o potencial de informação e de transformação que, em tese, temos na palma da mão (com os smartphones), as próprias tecnologias, com a inteligência artificial e a internet das coisas, estão colocando os limites, só que não para elas e sim para nós, humanos.



A nova idade das trevas: a tecnologia e o fim do futuro

James Bridle

Todavia, 2019, 320 p.

Não é jabuticaba

A situação política ficou mais clara nas últimas semanas, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que restabeleceu o Estado Democrático de Direito, ao interpretar o Art. 5º. da Constituição de 1988, onde se lê: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”. Isso não elimina a possibilidade de o cidadão ser preso depois do julgamento em segunda instância, se a Justiça considerar que a sua liberdade pode implicar inconveniências para a sociedade.

Como afirmaram seis ministros do Supremo, não há truque hermenêutico, por mais que se “ache” que isso pode levar à prescrição do crime. Posso afirmar que esse era o desejo do constituinte, 75% dos quais haviam sofrido abusos no regime autoritário e, por isso mesmo, desconfiavam da “Justiça”.

Não adianta a pregação onírica da *intelligentsia* nacional. A sociedade brasileira, como tantas outras, está irremediavelmente dividida. Os polos adquiriram maior nitidez: bolsonaristas versus lulistas. Se quiserem influir em 2020 e 2022, precisam conquistar o eleitor mediano com um vigoroso programa social e econômico factível capaz de seduzi-los e procurar apoio dos partidos organizados. O autodenominado “centro liberal e progressista” resume-se a agradáveis encontros lítero-musicais...

Gostemos ou não do programa econômico do governo Bolsonaro, comandado pelo ministro Paulo Guedes, é preciso reconhecer que é a primeira vez que se explicita claramente que a tragédia fiscal da União, dos Estados e dos Municípios em que nos encontramos só pode ser enfrentada com uma profunda reforma da administração pública proposta na Constituição de 1988, permanentemente violentada pelo abuso de poder do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público. O resultado foi um irresponsável aumento de gastos, acompanhado de imensa judicialização da política e, conseqüentemente, da politização da justiça, o que tornou o país inadministrável.

A aprovação da reforma da Previdência marcou um novo instante nas relações entre o Executivo (que enviou um bom projeto) e o protagonismo do Congresso sob a orientação dos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, respectivamente. Como o governo demorou para apresentar suas prioridades, as duas casas, cada uma com seus próprios projetos, iniciaram por conta própria (sem as sugestões do Executivo) a análise da importante e difícil reforma tributária.

Foi, entretanto, visível o cinismo com que foram recebidas as novas propostas de Bolsonaro para reformar o Estado brasileiro e dar-lhe maior produtividade. Pôs, à luz do dia, um ciúme

imaturo entre lideranças do Congresso que degustam um poder eventual e efêmero, acompanhado de uma certa petulância. A despeito de salamaleques educados, mostraram, na prática, pouca disposição de alterar suas próprias prioridades. E Guedes não chegou, ainda, ao inescapável pedido de autorização para um “fast track”, sem o qual não há solução: não haverá como fazer aumento sensível de oferta com leilões de projetos de infraestrutura com financiamento privado interno ou externo, que darão início ao aumento de demanda interna e à redução do desemprego.

Infelizmente, a solução natural, que seria uma Lei Delegada sugerida no Art. 68 da Constituição de 1988 não foi examinada. Ela não é uma jabuticaba brasileira. Quem tiver curiosidade sobre Leis Delegadas, instrumento de muitas repúblicas democráticas, pode consultar as páginas 613-615 do livro *Direito Constitucional* (17ª. ed., 2005) do ilustre Ministro Alexandre de Moraes, ou o não menos excelente *Curso de Direito Constitucional*, do não menos ilustre Ministro Gilmar Mendes e seu coautor, o conhecido constitucionalista, Paulo Branco (8ª. ed., 2013), às páginas 812-814. Quando ela foi incluída na Constituição, pensava-se que, sob circunstâncias especialíssimas (como as que estamos vivendo), o chefe do Poder Executivo poderia, sob o controle permanente do Congresso (ela pode ser suspensa a qualquer instante, se violada a delegação), e por prazo certo, recebê-la para salvar o país.

Suspeito que o temor de concedê-la (e recusá-la antes de apresentada) é a possibilidade dela vir a funcionar na aceleração dos leilões de infraestrutura, nas parcerias público-privadas e nas privatizações (apenas das empresas autorizadas pelo Congresso) e dar início a um aumento substantivo do investimento com financiamento privado, nacional ou estrangeiro, e produzir uma sensível redução do nível de desemprego. Tal sucesso beneficiaria a candidatura governista no pleito de 2022.



Marcelo Correa

ANTONIO DELFIM NETTO

Professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento.

SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO

AFAP

Agência de Fomento do Estado do Amapá S/A
www.afap.ap.gov.br

AFEAM

Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A
www.afeam.am.gov.br

DESENVOLVE RR

Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A
www.aferr.rr.gov.br

AGE

Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A
www.age.pe.gov.br

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS

Agência de Fomento do Estado do Tocantins
www.fomento.to.gov.br

AGERIO

Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S/A
www.agerio.com.br

AGN

Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S/A
www.agnrn.com.br

BADESC

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
www.badesc.gov.br

BADESUL

Badesul Desenvolvimento S/A - Agência de Fomento RS
www.badesul.com.br

BANCO DA AMAZÔNIA

Banco da Amazônia S/A
www.bancoamazonia.com.br

BANCOOB

Banco Cooperativo do Brasil S/A
www.bancoob.com.br

BANDES

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A
www.bandes.com.br

BANPARÁ

Banco do Estado do Pará S/A
www.banparanet.com.br

BB

Banco do Brasil S/A
www.bb.com.br

BDMG

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
www.bdmg.mg.gov.br

BNB

Banco do Nordeste do Brasil S/A
www.bnb.gov.br

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
www.bnides.gov.br

BRB

Banco de Brasília
www.brbr.com.br

BRDE

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
www.brde.com.br

CRE SOL

Cooperativa de Crédito
www.cresol.com.br

DESENBÁHIA

Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
www.desenbahia.ba.gov.br

DESENVOLVE

Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A
www.desenvolve-al.com.br

DESENVOLVE SP

Agência de Desenvolvimento Paulista
www.desenvolvesp.com.br

FINEP

Inovação e Pesquisa
www.finep.gov.br

FOMENTO PARANÁ

Agência de Fomento do Paraná S/A
www.fomento.pr.gov.br

GOIÁS FOMENTO

Agência de Fomento do Estado de Goiás S/A
www.fomento.goias.com.br

DESENVOLVE MT

Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A
www.mtfomento.mt.gov.br

PIAUI FOMENTO

Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S/A
www.fomento.pi.gov.br

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
www.sebrae.com.br

SICREDI

Sistema de Crédito Cooperativo
www.sicredi.com.br





Jader Moraes

Futuro agora

Seminário destaca os diferenciais do Nordeste para a economia do século XXI: energia limpa, diversidade sociocultural e uma região que cresce mais do que a média brasileira há duas décadas. **POR JADER MORAES**

Uma região conectada com a economia do século XXI. Assim o Nordeste se apresentou durante a última etapa em 2019 do ciclo de seminários regionais, realizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e pelo WWF-Brasil, com apoio da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), em Natal, no dia 29 de novembro. O evento tem o objetivo de debater o papel das instituições de fomento locais para o desenvolvimento sustentável das regiões e do país.

Para Renato Vaz, coordenador-geral de Cooperação e Articulação de Políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a região herdou uma defasagem do padrão de desenvolvimento do século passado, mas tem trajetória recente favorável, nas últimas duas décadas, com capacidade de assumir protagonismo no Brasil e no mundo em questões centrais como a energia renovável e a diversidade cultural. “Estamos fazendo essa aposta estratégica: valorizarmos o que o Nordeste tem de positivo para a economia do século XXI e enfrentarmos as heranças acumuladas do século XX”, disse.

Ele apresentou, no seminário, o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, instrumento previsto pela Constituição brasileira e por uma lei complementar de 2007, que foi

validado pelos governadores e agentes políticos locais e está em discussão em âmbito federal. O plano prevê o aumento no investimento em inovação, por meio do apoio às novas tecnologias e metodologias, da valorização da biodiversidade, da constituição de fundos regionais e da gestão compartilhada entre os diferentes agentes políticos da região.

“A cooperação é o novo paradigma, ao invés da competição. É fundamental termos capacidade institucional para que o planejamento seja de fato implementado”, afirmou, destacando ainda que as metas de desenvolvimento da região estão em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A especialista em finanças sustentáveis do WWF-Brasil, Roberta Simonetti, lembrou que o Nordeste possui a segunda maior população e o maior número de unidades da federação no país, além de grande diversidade sociocultural e riqueza ecológica e de patrimônio natural. Ela defende a construção de uma agenda ‘Nordeste 4.0’. “Essa região é uma potência social e ecológica. Tem que aproveitar a oportunidade e surfar na ‘onda global’ de apoio à agenda da sustentabilidade, para fortalecer seu tecido social, com inclusão, geração de empregos e redução das disparidades”, disse, citando exemplos de

arranjos produtivos locais que articulam a economia, o desenvolvimento social e a sustentabilidade.

O subsecretário de programa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, Sergio Caetano Leite, apresentou ao público presente a iniciativa. Firmado em março deste ano, o consórcio é uma parceria entre todos os governos da região para tratar de assuntos de interesse comum, especialmente nas áreas econômica, política, de infraestrutura e educacional. De acordo com Leite, o saldo do trabalho nos primeiros seis meses é altamente positivo. “Não é um fórum de discussão política, mas um instrumento de gestão para gerar desenvolvimento sustentável. Acreditamos que a região congrega todas as possibilidades de crescimento do Brasil”, frisou o executivo.

Leite avaliou que instituições de fomento estaduais têm importância fundamental para que a região aproveite todas essas possibilidades de crescimento. Ele elencou desafios que precisam ser superados, como a dificuldade de captação de recursos e as normas rígidas de regulação, mas destacou as inúmeras vantagens de se pensar o desenvolvimento a partir dessas instituições. “Sem as agências de fomento, não há capilaridade. As instituições federais têm importância grande, mas as agências locais são fundamentais e precisamos dotá-las de maior capacidade”, afirmou.

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) investiu, apenas em 2019, cerca de R\$ 15 milhões em microcrédito produtivo, que beneficiaram mais de 4,5 mil empreendedores, contou a presidente da instituição, Márcia Maia. Com atuação destacada no fomento ao desenvolvimento econômico de comunidades em todo o estado, a agência tem buscado ir além, observando também as questões ambientais relacionadas aos projetos apoiados e criando mecanismos para estímulo ao desenvolvimento sustentável. “A responsabilidade socioambiental é fundamental e deve fazer parte da missão das instituições e de toda a sociedade. Estamos aperfeiçoando os instrumentos para apoiar negócios que se preocupem com os impactos para o meio ambiente”, afirmou.

ALTERNATIVAS

A oferta de energia limpa e renovável é um dos grandes vetores da economia da região. Segundo o chefe do Departamento de Inteligência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Felipe Salzer, o Nordeste representa 39,55% dos desembolsos para economia verde da instituição. O banco tem buscado contribuir com a Política Nacional sobre Mudança do Clima e com a meta brasileira do Acordo de Paris – entre elas a de número 7, que diz respeito justamente à energia acessível e limpa.

Nos últimos cinco anos, os desembolsos do BNDES para energia renovável e eficiência energética somaram R\$ 34 bi-

lhões, sendo R\$ 15 bilhões apenas no último ano, com curva ascendente. “Trabalhamos para a construção da cadeia da energia eólica e hoje o Brasil já exporta nessa área”, exemplificou Salzer.

O superintendente do Banco do Nordeste, Jorge Bagdeve, também destacou a vocação eólica da região, em especial do Rio Grande do Norte. Ele demonstrou que este tipo de energia lidera o aporte de recursos destinados à infraestrutura pela instituição desde 2016. “Somente em outubro deste ano, foram R\$ 1,8 bi aplicados em energias renováveis”, apontou, ressaltando que a opção pela energia eólica permite o investimento em municípios menos desenvolvidos, como os do semiárido.

Outro setor de enorme potencial na região é o turismo. O coordenador geral de fomento ao empreendedorismo e atração de investimentos do Ministério do Turismo, Lucas Fiuza, ressaltou o destaque que o Nordeste possui nesse segmento, que, por definição, está voltado ao equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação, uma vez que muitos dos atrativos turísticos têm estreita relação com os recursos da natureza.

Fiuza afirmou que o Brasil sempre foi muito fechado, o que o fez ter participação muito baixa no mercado mundial do turismo e até mesmo dentro do continente americano. Por isso, o governo federal está comprometido com algumas ações para destravar a área, como a abertura de novas linhas de crédito, as concessões de infraestrutura, o aumento no investimento em segurança e a atualização da legislação. “Isso passa pela abertura de mercado às empresas aéreas, a redução dos impostos, a criação das Áreas de Especial Interesse Turístico e um projeto de transformação da Embratur em agência, para revitalizar a sua atuação”, elencou.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

O seminário foi encerrado com um depoimento da coordenadora geral da Rede Xique Xique, Neneide Lima. Trata-se de um coletivo formado por empreendedoras de quatro regiões do Rio Grande do Norte, que se intitula uma rede de comercialização solidária e tem como um dos princípios a adoção de uma perspectiva agroecológica em toda a cadeia de produção de seus produtos. Fundada há 15 anos, a rede desenvolve uma série de projetos com parceiros locais, nacionais e internacionais, sendo reconhecida como um exemplo bem-sucedido de iniciativa autossustentável e de desenvolvimento local.

O secretário-executivo da ABDE, Marco Antonio Lima, destacou essas e outras iniciativas como inspiradoras para que o país retome, com criatividade, o caminho do desenvolvimento e do crescimento com inclusão. “Esse ciclo de seminários, que encerra no Nordeste as atividades de 2019, mas retorna no início do próximo ano, tem demonstrado que é possível unir a preocupação com o meio ambiente e o compromisso com o desenvolvimento, que deve ser feito em novas bases e gerar mais inclusão e crescimento para todas as regiões”, concluiu. —

O potencial do cooperativismo financeiro

O Banco Central do Brasil sempre viu com bons olhos o desenvolvimento do cooperativismo financeiro, haja vista a contribuição relevante das cooperativas para a regulação das taxas de juros praticadas no mercado e o papel ativo no desenvolvimento financeiro das comunidades nas quais elas se fazem presentes.

Isso acontece porque nas cooperativas o lucro não é a finalidade. Desde o início do movimento global, em 1844, o objetivo sempre foi atender da melhor forma o interesse de grupos e pensar nos seus cooperados, contribuindo para a prosperidade econômica das comunidades locais.

No Sicoob, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, estes resultados práticos estão intrinsecamente ligados aos seus principais valores: o pertencimento, a cooperação, a justiça financeira e a responsabilidade social.

Estes princípios impactam diretamente no bolso dos nossos cooperados. Um exemplo é a maneira de cobrar as tarifas das operações financeiras. De acordo com dados do Sistema Financeiro Nacional de setembro de 2019, no Crédito Pessoal, a média praticada pelo mercado foi de 6,65% ao mês. Já no Sicoob foi de 1,84%, uma diferença de 4,81 p.p. No cheque especial, os bancos praticaram 12,41% ao mês, e as cooperativas do Sistema Sicoob, 6,54%. No cartão de Crédito Rotativo a diferença foi de 3,71%; enquanto a média de mercado atingiu 12,41% ao mês, e no Sicoob chegou a 8,70%.

Outra maneira na qual a justiça financeira é aplicada no maior sistema cooperativista financeiro do país é quando o Sicoob devolve parte do lucro, que são chamadas “sobras”, aos cooperados, proporcionalmente às suas movimentações. Ou seja, muito antes de se falar no atual *cashback* pela fidelidade dos consumidores, nas cooperativas esta é uma prática recorrente e normal. Esse retorno financeiro é explicado em um estudo especial do Banco Central de 2018: “Há uma retroalimentação positiva nesse processo: cobra-se menos dos cooperados, devolvem-se os resultados positivos e ganha-se em eficiência, que novamente retorna aos cooperados sob a forma de taxas de juros menores e devolução crescente de sobras”.

Os benefícios aos cooperados são inúmeros. Ainda segundo dados do Banco Central, os juros do empréstimo pessoal sem

consignação para pessoa física têm sido menos da metade dos praticados pelos segmentos bancários, de acordo com análise da série histórica de 2005 a 2017. Já entre 2013 e 2017, a campeã de taxas baixas nas cooperativas foi a linha de capital de giro para pessoa jurídica.

Esse modelo de atuação das cooperativas financeiras recebe o reconhecimento do Banco Central porque a oferta de crédito suplementar, a juros menores, melhora as condições gerais de competição bancária nos municípios onde há cooperativas financeiras. Em outras praças – onde as cooperativas do Sicoob são as únicas instituições financeiras, realidade de mais de 270 municípios brasileiros – a cooperativa cumpre o importante papel de manter os recursos na cidade, apoiando o desenvolvimento econômico local e movimentando o comércio e serviços. Assim, contribuindo amplamente para o senso de cooperação entre as regiões e suas populações locais, também se fazendo notar a importância da responsabilidade social do Sicoob.

Hoje as cooperativas estão muito avançadas em regulações e controles, fazem parte do Sistema Financeiro Nacional e são equiparadas aos bancos em relação à oferta de produtos e serviços. No Sicoob temos diversas modalidades de crédito, financiamento imobiliário, cartão de débito e crédito, planos de previdência, seguros, investimentos. Além da quinta maior rede de atendimento física do país com mais de 3,1 mil pontos de atendimento, internet banking e o aplicativo financeiro mais bem avaliado do Brasil nas lojas virtuais de smartphones, utilizado por cerca de três milhões de pessoas.

Elas oferecem produtos e serviços financeiros tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Semelhante ao tradicional sistema bancário, mas com a diferença de pensar a oferta de serviços adaptada a cada realidade. Assim, em uma cooperativa fi-

nanceira com maioria de cooperados do meio rural, a disponibilidade de crédito para financiamento à produção agropecuária é prioridade, ao passo que em uma cooperativa que atende uma categoria de médicos ou profissionais liberais há um esforço maior em ofertar linhas de investimento mais arrojadas ou crédito para capitalização do negócio. Assim, dá-se um direcionamento de comunidade aos recursos financeiros nas classes pertencentes ao Sistema.

Mas fica a pergunta: se as cooperativas financeiras oferecem o mesmo que os bancos, pensam no cooperado em primeiro lugar e ainda são socioeconômicas responsáveis, ao devolverem dinheiro se houve lucro com a operação, por que elas ainda não conquistaram mais espaço?

Uma das explicações é que as cooperativas avançaram muito em pequenas localidades nestes 117 anos de história do Brasil. Por muito tempo, as cooperativas tinham limitações a atender qualquer cidadão e só podiam funcionar em cidades com menos de 100 mil habitantes. Nas metrópoles, só tinham autorização para funcionar as cooperativas restritas a grupos de funcionários de uma mesma empresa ou categoria profissional. Somente em 2003, a Resolução 3.106 voltou a permitir o funcionamento das cooperativas de livre admissão em municípios maiores que 100 mil habitantes. Ou seja, faz apenas 16 anos que passamos a “competir” com mais igualdade com os bancos em grandes centros urbanos.

Esta mudança é ainda recente para um movimento secular e amplia muito nosso campo de atuação, até porque a participação das cooperativas no Sistema Financeiro Nacional ainda é modesta. Na França, por exemplo, 61% dos ativos estão nas cooperativas. No Brasil, em 2017 chegamos a 8% – um grande salto, considerando que tínhamos 0,3% em 1994.

Os números são promissores ao olharmos para o Sicoob. Nos últimos cinco anos, apresentamos um crescimento de cerca de 50% em número de cooperados. De setembro de 2015 a setembro de 2019 saímos de 3,1 milhões para 4,5 milhões de cooperados.

A ascensão é vertiginosa e há muito espaço para ampliação e novos entrantes à medida que as novas gerações aumentam sua consciência sobre nossos valores. Para nós, o dinheiro não é tudo, não é ele que determina o valor do que temos em nossa vida, ele é um meio para atingirmos conquistas e os recursos devem ser aplicados com responsabilidade. Esse aspecto é alinhado ao consumidor contemporâneo e nossas soluções estão adequadas a quem busca po-

Se as cooperativas financeiras oferecem o mesmo que os bancos, pensam no cooperado em primeiro lugar e ainda são socioeconômicas responsáveis, ao devolverem dinheiro se houve lucro com a operação, por que elas ainda não conquistaram mais espaço?

líticas monetárias mais justas, união e troca de experiências.

Sabemos que temos um potencial inexplorado para fazer com que o cooperativismo financeiro se torne uma opção natural na vida das pessoas, principalmente nos grandes centros urbanos. Estamos confiantes dessa trajetória e ancorados no fenômeno da economia colaborativa, nossa essência. Temos certeza de que o movimento ganhará ainda mais aderência da população brasileira. Afinal, quando crescemos, alavancamos o crescimento de muitos cooperados e isso nos faz ter certeza de que somos feitos de valores!

Divulgação



HENRIQUE CASTILHANO VILARES

Pós-graduado em Economia de Empresas com ênfase em Cooperativismo, e MBA em Mercado Financeiro. Preside o Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

Taxa Selic mais baixa da história veio para ficar?

Ao longo de 2019, a taxa básica de juros (taxa Selic) definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB), utilizada para viabilizar o cumprimento da meta para a inflação, caiu de 6,5% para 4,5% ao ano, o menor patamar desde o Plano Real, implementado há 25 anos e que viabilizou a estabilidade de preços no país (condição necessária, mas insuficiente, para a estabilidade monetária e macroeconômica, frise-se). As expectativas de mercado apontam para a manutenção da taxa Selic nesse patamar durante 2020, embora, para alguns analistas, ainda haja espaço para redução adicional – possibilidade, contudo, menos provável, diante da postura cautelosa assumida pelo BCB.

Este feito tem sido alardeado pelo atual governo e elogiado, inclusive, por políticos da oposição nas últimas eleições presidenciais. Recentemente, o atual ministro da economia, Paulo Guedes, afirmou que “É bom se acostumar com juros mais baixos por um bom tempo e com câmbio mais alto por um bom tempo”. A afirmação procede, mas é preciso esclarecer que a taxa Selic atual somente se tornou possível em razão da recuperação ainda tímida da economia brasileira, depois da profunda recessão de 2015-16, de um lado, e do cenário internacional marcado por taxas de juros excepcionalmente baixas, por vezes negativas, nos países desenvolvidos, de outro. Essas condições permitiram, pois, a redução da taxa Selic para 4,5% ao ano, patamar suficiente para viabilizar o cumprimento da meta para a inflação e não gerar fuga de capital.

O atual patamar da taxa Selic revela a situação extremamente crítica da economia brasileira, portanto. Considerando a queda do PIB de 3,5% e 3,3% em 2015 e 2016, respectivamente, o crescimento econômico de apenas 1,3% tanto em 2017 como em 2018 e a previsão de crescimento do PIB de 1,1% em 2019, 2,2% em 2020 e 2,5% em 2021, de acordo com as expectativas mais recentes apuradas pelo BCB e divulgadas no Relatório Focus (6/12/2019), em 2021 o PIB do Brasil será de apenas 1,4% superior ao PIB de 2014. Ou seja, considerando as previsões atuais, entre 2014 e 2021 a economia brasileira terá crescido módico 1,4%.

As próprias atas do Copom revelam que o atual patamar da taxa Selic no Brasil é inferior àquele que a autoridade monetária denomina de taxa de juros neutra, ou seja, aquela capaz de permitir o cumprimento da meta para a inflação de forma sustentada ao longo do tempo, porque consistente com o po-

tencial de crescimento da economia. E isso, claro, tem sido possível e necessário em razão do elevado nível de capacidade ociosa suscitado pela crise, condição que permite a economia crescer lentamente sem pressionar a inflação, de um lado, e por conta do contexto de juros excepcionalmente baixos no mundo, condição que possibilita um atrativo diferencial de taxa de juros interna e externa capaz de não gerar fuga de capital, de outro.

Mesmo com crescimento econômico previsto de 2,5% em 2020 e 2021, a expectativa do mercado tem convergido, no momento, para uma taxa Selic de 6,5% em 2021. Isso, claro, sob “condições normais de pressão e temperatura”.

A atual taxa Selic, desta forma, não veio para ficar. Mas, com o aumento da potência da política monetária e maior coordenação dos instrumentos de política econômica, abre-se ao Brasil a possibilidade de praticar uma taxa básica de juros mais baixa para fazer os preços convergirem em direção à meta para a inflação.

É preciso ressaltar, contudo, que: i) a redução da taxa de juros neutra não significa a impossibilidade de elevações súbitas e mais pronunciadas da taxa Selic para lidar com movimentos de fuga de capital – contingência sempre real para uma economia periférica como a brasileira, com moeda fraca internacionalmente e sujeita aos reveses dos fluxos internacionais de capital; e ii) além da necessidade de tornar a taxa básica de juros compatível com as taxas praticadas na maior parte dos países do mundo, ao Brasil também coloca-se o desafio de reduzir substancialmente os juros e *spreads* bancários, ainda excepcionalmente altos.



Arquivo Pessoal

GIULIANO CONTENTO DE OLIVEIRA

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e atual Vice-Presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

O comércio internacional entre os Brics

A 11ª Cúpula do Brics [grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] trouxe à tona mais uma vez as relações entre os componentes do grupo. Idos os tempos em que as lideranças políticas dessas nações pareciam alinhadas num projeto de construção de novas polaridades para a geopolítica global, o grupo deslocou seu eixo para objetivos mais pragmáticos como a ampliação da integração econômica entre seus membros. O propósito desse artigo é, com base em dados de 2017, os mais recentes do site do Banco Mundial dedicado ao comércio internacional (wits.worldbank.org), traçar um panorama do estágio atual das relações comerciais entre os Brics.

O comércio exterior entre os integrantes do Brics é quase sempre menos importante do que se poderia supor, exceto no caso das relações em que está envolvida a China, país que isoladamente responde por 65% do PIB desse conjunto de países. Correntes de comércio acima de US\$ 10 bilhões anuais são registradas apenas em relações que envolvem a China. Mais do que isso, transações que envolvem o país asiático como exportadora ou importadora representam 89,5% do comércio entre os membros do grupo. Mesmo assim, o comércio intra Brics não supera o patamar de 10% do conjunto do seu comércio internacional.

O fluxo comercial é, além disso, bastante desequilibrado. De um lado, destaca-se a Índia, que tem déficits no intercâmbio com todos os outros Brics; de outro, sobressai o Brasil, superavitário com todos os outros quatro países. Note-se também que só o Brasil tem superávit nas relações comerciais com a China.

As exportações para os Brics são bastante importantes para a África do Sul (3,88% do PIB), a Rússia (2,86%) e o Brasil (2,75%), mas bem menos importantes para a China (1,27%) e para a Índia (0,81%). No total, as exportações para os membros do grupo correspondem a 1,55% do PIB desses países. De todo modo, as exportações que têm maior peso são invariavelmente para a China. O gigante asiático é o principal destino das exportações de todos os outros países, com a exceção da Índia. Dos 16 outros pares de exportador-importador, a única relação que se situa entre os cinco principais destinos de exportação de um país é a da África do Sul para a Índia.

O quadro não é muito diferente nas importações. Os Brics, em conjunto, são uma origem importante de importações não

apenas para a África do Sul (5,89% do PIB), a Rússia (3,04%), e o Brasil (1,67%), mas também para a Índia (3,10%). São especialmente importantes, porém, as importações provenientes da China. Ela é a principal origem das importações de todos os outros quatro países e essas transações correspondem a mais de 1% do PIB de todos eles. A contrapartida não é verdadeira e, na China, nem mesmo quando se toma a soma das importações de todos os outros parceiros alcança-se essa marca: as importações oriundas dos Brics não passam de 0,87% do PIB chinês.

Por fim, o expressivo superávit comercial nas relações com a China é muito relevante para o Brasil (0,90% do nosso PIB), mas bem menos impactante para a China (0,15% do PIB chinês) do que o superávit que este país mantém em relação à Índia (0,46% do PIB chinês e 2,09% do PIB indiano).

Como se vê, a primazia chinesa na rede de relações comerciais entre os Brics está mais do que estabelecida. Em boa medida, esse quadro é o resultado inevitável da extraordinária trajetória de desenvolvimento e integração à economia mundial que a China experimentou nos últimos 40 anos. Para alterá-la, será preciso que outros integrantes do grupo criem as condições para trilhar uma trajetória ao menos parecida.

Divulgação



MARCELO PINHO

Professor associado do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar. Graduado em Economia pela PUC-Rio e doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp. É membro da Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (Abein).



DESENBÁHIA AMPLIA LIMITE DE CRÉDITO PARA EMPREENDEDORES

Como parte do objetivo de criar novas condições para dar mais oportunidades às pequenas empresas, a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) anunciou, em outubro, a ampliação do limite de contratação do Programa de Microcrédito do Estado (CrediBahia), que passou de R\$ 10 mil para R\$ 21 mil. O programa financia capital de giro para compra de mercadorias e de matérias-primas; investimentos fixos para aquisição ou conserto de máquinas ou equipamentos; reforma ou ampliação de instalações, com taxa de juros de 2% ao mês e prazo de até 24 meses para investimentos fixo ou misto. Desde 2002, o CrediBahia já liberou mais de R\$ 500 milhões e atualmente ele mantém na carteira ativa 12,5 mil contratos.

BRDE FIRMA ACORDO PARA APOIO A PROJETOS INOVADORES

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Instituto de Tecnologia do Paraná firmaram um acordo de cooperação técnica que permite dar apoio a empreendimentos instalados dentro da Incubadora Tecnológica do Tecpar (Intec). O acordo prevê o desenvolvimento de ações conjuntas para concretizar o apoio a crédito para empresas inovadoras, por meio da avaliação do mérito tecnológico e de inovação de projetos e de enquadramento para as linhas de financiamento disponíveis.

A ideia é que o Tecpar seja capacitado para poder validar projetos que atendam aos requisitos de financiamento do BRDE, tornando-se interveniente das empresas incubadas no acesso a crédito. O acordo prevê que os incubados terão acesso prioritário ao Programa de Fomento à Inovação – BRDE Inova, que tem como objetivo fortalecer a atuação do banco no segmento de inovação no ambiente produtivo.

Criada em 1989 para estimular a geração e instalação de empresas de base tecnológica no Paraná, a Intec foi a primeira incubadora do estado com este perfil. Atualmente, cinco empresas passam pelo programa da Intec, com o desenvolvimento de tecnologias em diversas áreas.

CRESOL REALIZA INTERCÂMBIO COM COOPERATIVAS DOS ESTADOS UNIDOS

Um grupo formado por diretores-executivos e gerentes da Cresol realizou uma viagem de estudos nos Estados Unidos, organizada em parceria com o Conselho Mundial de Cooperativas de crédito (Woccu), entre os dias 7 e 15 de novembro. O grupo fez uma imersão sobre cooperativas de crédito e organizações do segmento cooperativo no estado do Texas. Os temas abordados nas agendas buscaram fortalecer a compreensão dos principais movimentos que o cooperativismo vive naquele país.

A programação foi formatada em três grandes temas: o sistema cooperativista dos EUA, soluções financeiras com excelência e relacionamento com os cooperados. Além de conteúdos teóricos, o grupo realizou visitas para compreender na prática como é a relação da cooperativa com o cooperado no país.

“O objetivo dessa viagem é estudar formas práticas e inteligentes para buscar excelência no atendimento, com soluções financeiras adequadas para cada realidade”, disse o diretor de Comunicação e Relacionamento da Cresol, Luiz Panzer.



BB LIDERA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARA DUPLICAÇÃO DE RODOVIA EM SÃO PAULO

O Banco do Brasil desembolsou, em novembro, em parceria com uma instituição privada, a primeira parcela, no valor de R\$ 630 milhões, do contrato de R\$ 900 milhões formalizado com o estado de São Paulo em outubro de 2019. A operação financia o aporte de recursos do estado à Parceria Público Privada Tamoios, cujo objeto é a duplicação da rodovia dos Tamoios e é uma das principais vias de acesso dos paulistas ao litoral norte do estado. O projeto prevê a construção de um túnel que diminuirá em meia hora o tempo de viagem para se chegar à praia.

A operação, que possui garantia da União, representa a primeira operação sindicalizada com o setor público. O modelo de atuação por sindicatos é uma tendência no mercado de crédito Setor Público, podendo vir a representar alternativa na concessão de créditos ainda mais vultosos.

SEBRAE RENOVA PARCERIA PARA STARTUPS

O Sebrae e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) assinaram, em novembro, durante a reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), em Brasília, um novo contrato para incentivar a inovação em *startups*, pequenas e médias empresas. Ao todo, serão R\$ 100 milhões gerados para financiar ideias inovadoras de empreendedores que buscam aumentar a competitividade de suas empresas no mercado. Com isso, espera-se concretizar novos negócios em mais 120 projetos apoiados.

Esse é o segundo contrato entre as instituições. O primeiro superou as expectativas: o aporte de R\$ 20 milhões, previsto para ser usado em quatro anos, foi completamente utilizado em dois anos e propiciou o desenvolvimento de 109 projetos de inovação de *startups*, totalizando R\$ 77 milhões (incluindo os valores das instituições de fomento, empresários e centros de pesquisas).

BNDES E ALAGOAS LANÇAM CONSULTA PÚBLICA DE PPP DE SANEAMENTO BÁSICO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em conjunto com o governo do estado de Alagoas, lançou, em novembro, uma consulta pública da concessão do primeiro lote de saneamento básico do estado, envolvendo 13 municípios da região metropolitana de Maceió. O projeto, que ficará aberto a contribuições da sociedade, foi estruturado pelo BNDES e tem investimentos estimados em R\$ 2,6 bilhões. A licitação está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2020.

A região metropolitana de Maceió possui uma população de cerca de 1,5 milhão de pessoas, sendo que há 3,5 milhões de habitantes em todo o estado. Atualmente, apenas 10,9% dos moradores da região contam com esgotamento sanitário. A expectativa é que o serviço de coleta e tratamento chegue a 90% da população de cada município com a concessão. O projeto prevê a universalização do fornecimento de água em seis anos, que permanecerá sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal). A empresa atualmente fornece água a 88% dos habitantes da região metropolitana.

No lançamento da consulta pública, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, destacou os benefícios para a população: “O foco aqui não é a contratação de uma empresa, mas melhorar a prestação de serviços para a população deste estado. Essa Parceria Público-Privada vai ajudar a salvar crianças ao proporcionar a elas mais saúde e melhores condições de vida”.

EXPEDIENTE



Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A Salas 431 a 434
Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903
Telefone: (61) 2109.6500
E-mail: abde@abde.org.br

Escritório: Avenida Nilo Peçanha, 50 – 11º andar
Grupo 1109 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-906
Telefone: (21) 2109.6000
E-mail: gecom@abde.org.br

CONSELHO DOS ASSOCIADOS
Presidente: Gustavo Montezano

DIRETORIA

Presidente: Perpétuo Socorro Cajazeiras
1º Vice-Presidente: Sérgio Gusmão Suchodolski
2ª Vice-Presidente: Ênio Mathias Ferreira
Diretores: Heraldo Alves das Neves, Jeanette Halmenschlager
Lontra, Luiz Corrêa Noronha, Paulo de Oliveira Costa, Rubens
Rodrigues Filho e Valdecir Tose.

Secretário-Executivo: Marco Antonio A. de Araujo Lima

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AGE – Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS
AGERIO – Agência Estadual de Fomento
AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESUL – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento
BANCO DA AMAZÔNIA – Banco da Amazônia S.A.
BANCO SICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará S.A.
BB – Banco do Brasil S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BNB – Banco do Nordeste S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRB – Banco de Brasília
CRESOL – Cresol Confederação
DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
DESENVOLVE – Agência de Fomento de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
DESENVOLVE RR – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP – Agência de Desenvolvimento Paulista
FINEP – Inovação e Pesquisa
FOMENTO PARANÁ – Agência de Fomento do Paraná S.A.
GOIÁS FOMENTO – Agência de Fomento de Goiás S.A.
PIAUI FOMENTO – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Rumos

Redação e Administração

Avenida Nilo Peçanha, 50, 11º andar
Grupo 1109
Rio de Janeiro RJ CEP: 20020-906
Telefone: (21) 2109.6041
Email: rumos@abde.org.br
www.abde.org.br

Gerente de Comunicação & Editora

Thais Sena Schettino

Equipe

Jader Moraes, Noel Joaquim Faiad
e Joyce Ponteiro (estagiária)

Revisão

Mariana e Renato R. Carvalho

Capa

Jader Moraes

Impressão e CTP

J. Sholna Reproduções Gráficas

Distribuição

Powerlog Serviços e Manipulação

Publicação bimestral

ISSN 1415-4722

Ano 43 - nº 308 - Novembro/Dezembro 2019
Tiragem: 4.500 exemplares

SIGA A
ABDE NAS
MÍDIAS
DIGITAIS



@abdeoficial



@abde_oficial



/company/abde



ABDE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE DESENVOLVIMENTO

**UNINDO POTÊNCIAS
PARA FINANCIAR UM
GRANDE PAÍS.**

www.abde.org.br

CRÉDITO CONSIGNADO. PARA VOCÊ ORGANIZAR SUA VIDA E REALIZAR MAIS.



Confira as vantagens e faça já o seu!

- Agilidade na liberação.
- Parcelas descontadas do benefício ou da folha de pagamento.
- Taxas atrativas e prazos maiores.
- Sem avalista.

• INSS • Servidor Público • Siape • Setor Privado



Central de Atendimento: 0800 724 4420
Ouvidoria Bancoob: 0800 646 4001
Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

sicoob.com.br

Empréstimo sujeito a análise de crédito, cadastro, margem consignável e convênio entre o Sicoob e o órgão/empresa.